



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO ESCOLAR**

**A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A
FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria de Fátima Quezado de Oliveira

Fortaleza, CE, Brasil

2009

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Por

Maria de Fátima Quezado de Oliveira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção de título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Hugo Fontana

Fortaleza, CE, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO PARA O
EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

elaborada por
Maria de Fátima Quezado de Oliveira

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Hugo Antônio Fontana, Dr.
(Presidente/Orientador)

Reinoldo Marquezan, Dr. (UFSM)

Leocádio José Correia Ribas Lameira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 11 de julho de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

AUTORA: MARIA DE FÁTIMA QUEZADO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: PROF. HUGO FONTANA

Fortaleza, CE, 07 de agosto de 2009.

Esta monografia está voltada ao estudo e conhecimento da realidade da Escola E.F.M Enoe Brandão Sanford. Baseada em uma análise que envolveu a comunidade, os estudantes e o corpo escolar. Basta uma breve abordagem sobre a realidade para que seja possível destacarmos alguns aspectos que interferem diretamente nas nossas vidas. Atualmente em todo o mundo a classe dominante impera de forma esmagadora; sua economia passa por mãos de empresários que não fazem nada para reverter a situação vigente, aproveitam o espaço dado pela política econômica do país, nada mais “justo” do que aproveitar uma mão-de-obra barata que é encontrada no país pela falta de oportunidade e especialização desses operários. A escola na sociedade atual assume uma importância fundamental e espera-se que, os projetos públicos elaborados coloquem sempre a qualidade do processo ensino-aprendizagem como prioridade e, para isso, seus recursos mínimos necessários. O Projeto Político-Pedagógico da Escola é a articulação das intenções, prioridades e caminhos escolhidos para realizar sua função social. Para construir o projeto político-pedagógico da escola requer um processo consciente de planejamento e avaliação. O estudo foi realizado em 08/08/2008, de natureza direta e participativa, fundamentou-se em elementos teóricos que norteiam a descoberta de dados significativos para o objeto de estudo. Foram utilizadas técnicas de entrevistas, visitas à instituição de comunidade e questionários para coletar dados necessários ao estudo. É através da prática democrática e do exercício da consciência crítica, fundamentada em uma gestão colegiada, que se constrói a formação do sujeito em um espaço político-pedagógico de aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino. Educação. Gestão democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

AUTHOR: MARIA DE FÁTIMA QUEZADO DE OLIVEIRA

ADVISER: PROF. HUGO FONTANA

Fortaleza, CE, 07 de agosto de 2009.

This monograph is come back to the study and knowledge of the reality of School E.F.M Enoe Brandão Sanford. Based in an analysis that involved the community, the students and the pertaining to school body. One brief boarding is enough on the reality so that it is possible to detach some aspects that intervене directly with our lives. Currently in the whole world the ruling class reigns of smashing form; its economy passes for hands of entrepreneurs who do not make nothing to revert the effective situation, more uses to advantage the space given for the economic policy of the country, nothing "just" of what using to advantage a cheap man power that is found in the country for the lack of chance and specialization of these laborers. The school in the current society assumes a basic importance and expects that, the elaborated public projects always places the quality of the process teach-learning as necessary priority and, for this, its minimum resources. The Politician-Pedagogical Project of the School is the joint of the intentions, chosen priorities and ways to carry through its social function. To construct the politician-pedagogical project of the school it requires a conscientious process of planning and evaluation. The study it was carried through in 08/08/2008, of direct nature and participativa, it was based on theoretical elements that guide the discovery of significant data for the study object. Techniques of interviews, visits to the community institution and questionnaires to collect had been used given necessary to the study. It is through practical the democratic one and of the exercise of the critical conscience, based on a management student body, that if constructs the formation of the citizen in a politician-pedagogical space of learning.

Key-words: Learn. Education. Democratic management.

Agradeço a Deus pela paciência, sabedoria e humildade para conquistar os sonhos que me tornaram vitoriosa. Aos meus pais pela vida, dom maior do criador, aos meus familiares. Ao meu esposo e filhos que me incentivaram mesmo nas dificuldades que eu tive ausente para construir dias melhores para nossas vidas.

Dedico este trabalho a todos que acreditam como eu que, a educação é o caminho da paz, do amor e da justiça.

Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, enchem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos, porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa.

Vicente Barreto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE	13
1.1. Educação como política social	13
1.2. Uma nova política educacional no país, a “ação colegiada”	18
1.3. Projeto político–pedagógico da escola de E.F.M Enoe Brandão Sanford	20
1.4. Proposta do projeto político pedagógico	23
CAPÍTULO 2 – O PROJETO PEDAGÓGICO NA FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCOLA	28
2.1. Características e tarefa da educação escolar	30
2.2. Uma questão metodológica: novo modo de fazer a educação	33
2.3. Problemas e esperanças na educação brasileira	35
2.3.1. Cresce a Consciência do Direito à Educação	35
2.3.2. As Deficiências Do Sistema Escolar	36
2.3.3. Permanece o Analfabetismo	37
2.3.4. Educação Popular	38
2.3.5. Limites e Avanços Da Educação Formal	38
2.4. Ação colegiada: articulação entre ação educativa e administração escolar	40
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Pensar é muitas vezes mais difícil do que agir, mas agir, sem nenhuma reflexão, poderá nos levar ao ativismo, sem muito objetivo, o que deixará a ação vazia. Precisa-se pensar para poder planejar atividades coerentes o que levará a atitudes responsáveis e conscientes. Uma escola seja qual for o tamanho, tem por objetivo envolver toda comunidade escolar na busca da formação de um cidadão consciente dos seus atos, dos direitos e deveres; e isto deverá passar por todos os segmentos da escola, para juntos se construir um mundo melhor.

Foi pensando nisso, que construí esta monografia voltada ao estudo e conhecimento da realidade da Escola E.F.M Enoe Brandão Sanford. Baseada em uma análise que envolveu a comunidade, os estudantes e o corpo escolar. Basta uma breve abordagem sobre a realidade para que seja possível destacarmos alguns aspectos que interferem diretamente nas nossas vidas. Atualmente em todo o mundo a classe dominante impera de forma esmagadora; sua economia passa por mãos de empresários que não fazem nada para reverter a situação vigente, aproveitam o espaço dado pela política econômica do país, nada mais “justo” do que aproveitar uma mão-de-obra barata que é encontrada no país pela falta de oportunidade e especialização desses operários.

A escola sem esperar os acontecimento, sem um tempo prévio para se preparar vê-se de frente com toda uma problemática social que exigia dela ações rápidas e confortáveis para o problema. Conhecendo sua incapacidade de trabalhar com uma clientela insatisfeita. Rotulada pelo sistema a escola continua a repassar conteúdos que o sistema impõe, distantes da realidade desses alunos, concretizando assim a importância da escola na formação da sociedade, por essa razão é que a escola precisa preparar cidadãos para a vida, conscientes de seu papel, crítico do sistema e criativo para mudar as questões sociais.

Neste sentido faz-se necessário traçar um plano de ação eficaz, no qual venha permitir que os educandos tenham acesso ao saber formal produzido e acumulado pela humanidade ao longo dos tempos, saber pelo qual venha

transformar a sociedade, já que de posse desses saberes, os indivíduos poderão contribuir, intervir conscientemente na transformação da sociedade.

Em todo o caso, não se pode perder de vista os valores que fundamentam a vida, lutando para que tenhamos uma sociedade mais humana, mais igualitária, justa e, por conseguinte, fraterna. A escola hoje, por sua vez, acumula funções e deixa muitas vezes de atender a sua função essencial, que é de ensinar. Porém esta sobrecarga de funções tem uma enorme responsabilidade no desenvolvimento da formação da personalidade e na construção de uma aprendizagem significativa.

Sabe-se que a busca por melhores condições de vida não é só de responsabilidade da escola, mas da sociedade como um todo, porém quando se opta por uma prática democrática dentro da escola pública, permitindo uma participação de todos os segmentos na elaboração de atos e decisões; sabe-se que esta tarefa não é fácil, pois reproduzir uma sociedade justa, caminhar na construção de um novo homem e de uma nova realidade é estar pronto para enfrentar obstáculos, interromper caminhos, em busca da cidadania.

Muitos não acreditarão e desistirão no percurso, porém não se pode desistir, a omissão é pior do que a luta por um mundo melhor. Como diz Carlos Drummond de Andrade: “Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra”. Mas se essa pedra for bem lapidada poderemos construir uma escola melhor, saudável e possível.

Diante da realidade que ora apresenta, a escola sente a necessidade de definir um plano de ação que possa nortear os trabalhos educacionais que visam a formação de um cidadão crítico e consciente e é através desse homem, fundamentado em princípios de solidariedade e justiça, que se formará, pois uma sociedade na qual reine a paz e a igualdade para todos. Esse homem terá reais e dignas condições de vida e, se a distância entre classes sociais não desaparecerem, pelo menos se tornará mais humana, onde o dinheiro ao exercício da cidadania será respeitado.

A escola, como um reflexo de uma determinada organização social está diretamente ou indiretamente influenciada por essa sociedade, mas esta mesma

escola que sofre influências poderá, enquanto instituição, dar uma contribuição significativa para o esclarecimento e aperfeiçoamento da classe menos favorecida, exercendo sua função social consciente, planejada e com objetivos claros. É com esta visão que se procura construir as ações dos educandos, fundamentá-las dentro da linha pedagógico-progressista, especificamente crítico e social. Procurando “acentuar a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais”, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social concreta.

Através do método de pesquisa investida a alunos, professores e pais por meio de questionários. O objetivo é diagnosticar os problemas e sucessos para direcionar na elaboração do projeto político-pedagógico da escola de E.F.M. Professora Enoe Brandão Sanford e através desta realidade criar ações que visem uma transformação na escola, buscando a melhoria em todos os seus seguimentos.

CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE

1.1. Educação como política social.

A educação é hoje conhecida como um direito de todos, seus fins e a forma de ser desenvolvida varia de acordo com o tempo de estado, pois já se sabe, que a educação como prática social é construída e vivenciada historicamente, isto é, deve ser contextualizada. A complexidade social, a essência do desenvolvimento da humanidade “exige” a criação de uma instituição escolar comprometida em fornecer ao indivíduo as informações mínimas necessárias à preparação para a vida social. Essa instituição de caráter universal é a escola.

 Não há como a sociedade preparar os indivíduos para a vida social e política, para a incorporação dos valores morais e culturais, para a aquisição de uma profissão adequada às necessidades de sobrevivência e bem-estar, de modo isolado ou informal, seja no meio da família, seja no de pequenos grupos comunitários, por exemplo.

 (RODRIGUES, 1993, P. 53).

Analisando a citação de Neidson Rodrigues, nesse sentido, se a constituição da escola ocorre como decorrência de uma necessidade da sociedade, ela se converte num direito dos indivíduos e num dever de toda sociedade. Na verdade, a educação foi elevada à categoria de direito público em 1988 com a constituição Federal, na qual se refere a criança e adolescente, a educação fundamental deve ser priorizada, e garantida sua manutenção pelas prefeituras, as normas estão nos artigos 205 a 214 da “carta” (KONSEN, s/d p. 12).

Ao educador é dada a função de educar, mas assegurar à criança o direito de ser educado pertence a toda sociedade. A escola na sociedade atual assume

uma importância fundamental e espera-se que, os projetos públicos elaborados coloquem sempre a qualidade do processo ensino-aprendizagem como prioridade e, para isso, seus recursos mínimos necessários.

Preocupados com o descrédito da escola pública, e conscientes da situação, alguns educadores começam uma retomada no sentido de buscar desenvolver um trabalho mais democrático, com uma participação efetiva da comunidade, em todos os níveis, objetivando a formação do educando na perspectiva do efetivo exercício da cidadania. Para isso, o trabalho educativo deve ser reorganizado, deve ser construído coletivamente e comprometido com a construção de uma sociedade mais solidária, mais humana, mais justa e, conseqüentemente, mais cidadã que dê a cada um condições mais dignas.

Enfim, pressupõe-se que, na escola precisa pensar uma nova forma de executar suas atividades pedagógicas que envolvam pais, professores e funcionários da instituição escolar, visando a obtenção de subsídios para um repensar das práticas pedagógicas da escola, que servirá também de embasamento para elaboração do projeto político-pedagógico, uma vez que, por ocasião da aplicação das estratégias como: entrevistas, reuniões feitas com a comunidade escolar. Informações, sugestões ou críticas com relação ao trabalho desenvolvido na escola, serão discutidas e analisadas para servir de reflexão no projeto de elaboração do projeto pedagógico.

A escola pública que ressurgirá da execução deste projeto deve revelar características que devem torná-la diferente da maioria das escolas públicas atuais. O que marcará essa diferença consiste, em essencial na reunião da ação educativa, orientada por um novo paradigma da aprendizagem, pressupõe que as pessoas engajadas na realização do projeto pedagógico estejam sensibilizadas para a necessidade de orientação do eixo condutor de sua ação educativa enquanto concepção e procedimentos didáticos.

É imprescindível que estas pessoas tenham convicção de que essas mudanças no ensino público exigem um sólido embasamento teórico, o que requer permanente estudo dos educadores em adquirir mais formação

profissional, com o intuito de construir seus críticos, transformadores e sensíveis aos problemas sociais.

O papel do educador na escola é importante, mais importante ainda é que ele goste do que faz, demonstrando na escola entusiasmo com o trabalho, pronto a unir forças para que, a educação verdadeiramente esteja ao alcance da classe menos favorecida de forma competente e comprometida, compreendendo que a disposição de todos, tanto individual quanto coletiva, busca caminhos que facilitam a incorporação de ideais que tendem a se concretizar.

São muitos os problemas educacionais, porém o da marginalidade frente ao problema da escolarização tem sido um alvo a ser resolvido pelos estudiosos em educação. Com relação ao problema da “marginalidade”, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos que o vêem e o entendem de acordo com os seus princípios básicos. Pesquisas apontam que na América Latina, 50% das crianças se evadem da escola em condições de semi-analfabetismo, sem contar com as que estão em idade de estudar e continuam fora da escola, o que vem esclarecer o problema da marginalidade.

A ignorância, a rejeição, a incompetência e a ineficiência são fatores reconhecidos pelo grupo de escolas, como causas da marginalização frente à educação. A educação embora como nuances diferentes para cada uma das atuações é entendida como um instrumento de equalização social, como veículo que vem resolver o problema da marginalização. Pensando assim, passou-se para a instituição escolar a compreensão de deficiências que antes era responsabilidade da família.

Daí origina-se uma onda de otimismo sobre o poder da escola, ninguém leva em conta que as desigualdades sociais atravessam todo o sistema de ensino, o problema abrange todas as idades, é o efeito mais perverso de uma sociedade com uma “lógica” de exploração mais perversa ainda, onde crianças e adolescentes são excluídos da escola por não apresentar o índice de aprendizagem satisfatório ao padrão exigido.

A existência da instituição escolar precisa ser orientada especialmente no tocante ao currículo e sua relação com a realidade do aluno, deve-se questionar o

tipo de avaliação exercida pelos educadores que mudem o sucesso do aluno frente ao currículo pré-estabelecido, esquecendo-se das verdadeiras potencialidades expressas nas ações do dia-a-dia desses alunos.

A escola precisa tomar consciência de que a relação entre pobreza e a educação vai muito além de algumas compensações fundamentais, se pretende buscar uma educação para transformação: a função da escola hoje é, por extensão, dos educadores, contribuir com as classes menos favorecidas no sentido de lutar por melhores condições de vida e, quem sabe, no futuro, não ter que esperar que a escola resolva os problemas sociais, pois a função social da escola continua sendo ensinar. Hoje é imperativo um ensino crítico, no sentido de se buscar garantir os direitos da cidadania.

O trabalho do professor é uma atividade consciente e sistemática objetivada na aprendizagem dos educandos. Sua complexidade deve-se ao fato de estar diretamente ligado às exigências sociais e à experiência de vida dos alunos. Assimilação de conhecimentos, habilidades e o desenvolvimento das capacidades mentais decorrentes do processo ensino-aprendizagem não tem valor em si mesmo, mas visam instrumentalizar os alunos como agentes ativos e participativos na vida social.

Todo desenvolvimento de atividades e ações escolares devem estar diretamente articulada com a problemática social, pois tudo que acontece na escola, está, de certa forma, refletindo os valores da sociedade; isso significa dizer que todos os elementos do planejamento, objetivos, métodos, conteúdos estão impregnados de implicações sociais, portanto, a ação de planejar está fundamentada em opções político-pedagógicas, embora tenha como referência situações didáticas concretas.

A existência de autênticos sujeitos educativos é condição para a vivência de educação digna desse nome. A preocupação de todos os que se interessam pela melhoria da qualidade da escola pública deve ser descobrir qual forma de relacionamento que mais favorece a existência de uma autêntica educação.

(SILVIA, s/d, p. 101).

Em um relacionamento sistema-unidade escolar, em que os dirigentes busquem efetivamente a implantação da autonomia da unidade, alguns pontos devem se considerados. Por exemplo: quem pode concretizar as mudanças pretendidas são os sujeitos coletivos; estes devem lutar pela implantação de novas propostas, para isto, deve resolver a consciência crítica sobre a realidade. Na elaboração do projeto-pedagógico os dirigentes devem ter a chave do convencimento dos participantes dos serviços educacionais da importância da autonomia da escola, e que, elaborar um projeto exige levar em conta as diretrizes gerais estabelecidas. Cabe a escola adequar essas orientações à sua clientela, decidindo a forma de concretizá-la.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola é a articulação das intenções, prioridades e caminhos escolhidos para realizar sua função social. Para construir o projeto político-pedagógico da escola requer um processo consciente de planejamento e avaliação. É preciso juntar objetividade e sonho, para que se possa ver cada aluno com um olhar novo, percebendo-o como alguém que está no presente, mas pertence ao futuro. Dentro dos limites da escola, cada indivíduo tem algo para contribuir no processo de construção, elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico.

Com esta nova visão da instituição escolar, a comunidade busca uma democrática autonomia, onde a tomada de decisões sejam coletivas, ou seja, através de uma administração colegiada que é um exercício participativo do processo decisório escolar, de modo que garanta a participação de todos que fazem a escola em todo o processo educativo, desde a concepção, a execução e a avaliação devendo todos se tornar sujeitos autônomos e co-responsáveis pelo processo.

Esta participação configura uma reorganização jurídica na nação, fazendo ameaças por processos mais abertos e democráticos na sociedade global, ao mesmo tempo que se desenhe contornos de uma democratização em vários setores da vida social, como a política de habitação, da saúde, do trabalho e da educação.

(RODRIGUES, 1993, p. 69-70).

1.2. Uma nova política educacional no país, a “ação colegiada”.

Uma nova realidade nacional se processa e promove nas escolas discussões que possam fortalecer a política educacional no sentido de implementar no interior das escolas a prática de ações que devam contribuir para que se criem novos caminhos e espaços para o exercício da cidadania.

A administração colegiada através do grêmio, conselho escolar, conselho de pais e outros movimentos sociais, devem servir de instrumento de consolidação da convivência do cidadão brasileiro. Nesse sentido é imprescindível transpor os processos que centralizem a execução de ações fundamentais na escola. É preciso articular interesses e concepções dos diferentes segmentos sociais envolvidos com a escola. O colegiado – instrumento democrático mais estudado no momento deve ser órgão impulsionador da ação colegiada nas escolas.

Uma das manifestações democráticas da escola é a eleição de diretores que apesar de importantes, não representam uma panacéia para resolver todos os problemas da escola e muito menos, de natureza política. Sabe-se que a democratização se efetiva não apenas na escola, mas na sociedade, na história. Para que isto aconteça, faz-se necessário uma ação consciente e organizada das pessoas. Elas devem estar imbuídas, também, de vontade e de decisão. Como nos afirma Neidson Rodrigues (1993, p. 76):

O processo educacional deve, necessariamente, ser um processo que introduz o indivíduo na atualidade histórica e social de sua época, possibilitando-lhe conhecer e relacionar-se com a realidade social e cultural dos seus contemporâneos. O conhecimento não pode ser morto e amargo, mas vivo e dinâmico, levando o indivíduo a ser um agente de transformação de mudança.

E é como agente de transformação que se deve ser considerado no desenvolvimento de todas as atividades educacionais. O colegiado, como órgão

de decisão e análise dos problemas da escola, permite a superação do individualismo e, conseqüentemente, sua responsabilidade (de qualquer um dos indivíduos que compõem a comunidade escolar) será, sem dúvida, muito mais sentida, uma vez que, será dividido na construção do dia-a-dia da escola.

Esta nova realidade afeta não apenas o limite das responsabilidades de cada um, mas, no cerne, afeta, principalmente, a função e o papel do diretor da escola. Ao diretor não cabe mais a centralização do poder, além da função técnica é uma função política, pois é o líder do processo pedagógico desenvolvido na escola. E, se ele não se encontra preparado para tal tarefa, terá poucas condições de ser um dirigente capaz de levar à escola um projeto pedagógico renovado, numa sociedade em constante transformação. A administração colegiada impõe, desse modo, uma nova organização da escola e um novo compromisso de seus integrantes. Nesse contexto, os conselhos são, antes de tudo, instrumentos de uma pedagogia política.

O conselho de Escola é uma porta de entrada da comunidade na gestão. Administrações públicas estaduais e municipais progressistas começaram a instalar conselhos a partir da década de 80, para favorecer a democratização da gestão. Isto vem contribuindo para a inserção da escola na comunidade e, também, para melhorar a qualidade do ensino, dando espaço e voz para reivindicações dos alunos e possibilitando que famílias e educadores atuem juntos pela melhoria do atendimento escolar.

(RAIZES E ASAS, s/d, p. 05).

Sua estrutura tem variado nos diferentes municípios e estados, pois cada escola tem sua história e cada conselho tem suas características próprias. No entanto, eles sempre garantem decisões coletivas, uma vez que sempre ocorre a participação. A representatividade viabiliza a participação qual, muito difícil de realizar-se em grupos numerosos.

É um colegiado formado por representação de pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo e operacional para gerir coletivamente a escola, voltado aos interesses da comunidade que dela se serve, proporcionando o exercício da cidadania, o aprendizado de relações sociais mais democráticas, a formação de cidadãos ativos. Por meio do conselho, a população poderá controlar a qualidade de um serviço prestado pelo Estado, ou seja, poderá definir e acompanhar a educação que lhe é oferecida.

(MEC, Construindo a Escola Cidadã, 1998, p.44).

Nesse contexto, o diretor torna-se um verdadeiro dirigente: organiza o todo e as partes, fazendo um trabalho de articulação na escola; garante o envolvimento de todos, avalia com os envolvidos nas atividades do conselho os resultados obtidos e busca alternativas para corrigir os erros. É preciso estar convencido de que o exercício do poder em qualquer instância social já não pode mais, hoje, se dar de forma individual, autoritária, sobretudo, o se tratar do que é público.

Enquanto órgão de representação dos segmentos da escola, e para ser legítima a sua atuação o conselho precisa possuir acompanhamento das ações da escola em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Assim, a "gestão democrática" possibilita demonstrar relações de mando e submissão, fazendo surgir o sujeito coletivo, que divide, age e pode atuar na transformação social.

1.3. Projeto político-pedagógico da Escola de E.F.M Enoe Brandão Sanford.

METODOLOGIA:

O presente capítulo enfatizará a metodologia utilizada na elaboração do projeto político-pedagógico da escola de E.F.M. Professora Enoe Brandão Sanford inicialmente foi realizada uma pesquisa voltada para o conhecimento criterioso da realidade. O diagnóstico dos problemas e sucessos desta realidade será objeto de ações que visem uma transformação na escola, buscando a melhoria em todos os seus seguimentos.

O estudo foi realizado em 08/08/2008, de natureza direta e participativa, fundamentou-se em elementos teóricos que norteiam a descoberta de dados significativos para o objeto de estudo. Foram utilizadas técnicas de entrevistas, visitas à instituição de comunidade e questionários para coletar dados necessários ao estudo. Algumas reuniões foram feitas com a comunidade, várias outras com todos os segmentos da escola, com o intuito de conhecer suas aspirações e possibilidades de uma maior atuação no processo diário da escola, bem como sua satisfação, ou com relação à escola.

População utilizada para o estudo e pesquisa era constituída por alunos, pais, funcionários, professores, associações de moradores do bairro onde se localizara a escola. Por se tratar de um estudo de caso, uma vez que a pesquisa foi desenvolvida numa única instituição, não foi possível coletar dados em todos os sujeitos da população, selecionando-se, portanto, uma amostra aleatória. Totalizando um número de 73 pessoas especificamente analisadas e ordenadas abaixo:

- 31 alunos;
- 21 professores;
- 21 pais.

Na tentativa de coletar dados junto à amostra selecionada, utilizou-se de questionários diferentes, de acordo com a clientela a ser pesquisada. Todos continham 05 itens, relacionados a aspectos diferentes do dia-a-dia da escola. O

primeiro questionário, destinado aos alunos (anexo I), busca informações sobre o que a escola apresenta nos aspectos de aprendizagem, função da escola, relacionamento, etc. O questionário destinado aos pais (anexo II), procura conhecer principalmente seu "nível de satisfação" em relação à escola, enquanto que o questionário destinado aos professores (anexo III) contém requisito sobre a prática educativa da escola e a função social da mesma.

O questionário foi entregue na escola para ser respondido individualmente, numa reunião onde foi feita uma exposição de motivos sobre a pesquisa, na ocasião, pediu-se sinceramente a objetividade nas respostas. Foram divididos em grupos onde discutiram as respostas que seriam dadas. O encontro durou um dia e os dados obtidos foram repassados numa reunião geral de pais, alunos e professores, mostrando a verdadeira realidade da escola. E a importância da participação de todos no desenvolvimento das atividades da escola.

O questionário aplicado aos alunos detectou que, 45,16% dos alunos pesquisados afirmaram ser o livro didático ótimo, 35,49% bom e apenas 19,31% o consideram regular. Em "consequência", quando entrevistados com relação ao desenvolvimento das atividades da escola, 71% afirmaram ser eficientes, e 29% razoável. Quanto à aprendizagem, 45% responderam ser boa, 32% responderam regular e 23% ótima.

Esses mesmos alunos, ao entrevistá-los sobre a merenda escolar 42% responderam regular, 35% boa e 23% ótima. No tocante ao relacionamento com a direção 35% reconhecem ter ótimo relacionamento com a direção, 23% bom e 42% regular. Com relação aos pais para o quesito qualidade da escola, 72% responderam que a escola de seu filho é de boa qualidade, 28% é ótima. Quanto ao relacionamento com a escola, 67% bom, 33% ótimo. Quase que a totalidade, ou seja, 85,71%, portanto 18 pais afirmam acompanhar as tarefas de seu filho, e o fazem com satisfação, pois todos eles, os 21 pais entrevistados (100%) acreditam que a escola tem atendido as necessidades da comunidade.

Iniciando pela gestão escolar, os professores ao responder o questionário, em seu 1º quesito, 80% dos professores afirmam que a escola tem uma gestão participativa, 14% diz ser autoritária e 6% "participação simbólica". Num outro

questão fundamental, que trata da função social da escola, 57% dos professores entrevistados afirmaram que a escola é razoável no desempenho de suas funções e 43% afirmaram ser eficiente. Com esses dados a Escola possui itinerário para atuar na sua transformação e nortear seu trabalho com o objetivo de construir homens conscientes da prática cidadã.

1.4. Proposta do projeto político-pedagógico.

Qualquer escola, ao elaborar o seu projeto político-pedagógico, deve ter em mente uma orientação segura, uma vez que, ele é constituído coletivamente e, como tal na diversidade de idéias, pensamentos, valores, etc. Esses são alguns itens que devem ser questionados, por ocasião da discussão e análise do projeto.

- Nossos valores (inovação, participação, respeito);
- Nossa visão de futuro. O aluno que temos e queremos formar;
- Nossa missão.

Essas indagações têm como objetivo encadear reflexões mais profundas sobre a importância de um projeto para escola, pois ao construí-lo deve primeiro planejar o que se tem intenção de fazer, para realizar uma linha segura obtendo assim o sucesso do compromisso firmado no grupo. Lançando-se para adiante, com base no que se tem, buscar o possível é antever um diferente do presente. Por outro lado, não se pode esquecer que é a partir do projeto pedagógico, no caso, o plano global da escola que se definem objetivos e estratégias que levem a um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Sabe-se que todo processo de aprendizagem que envolva o conhecimento da realidade do aluno é articulado a partir do projeto. Elaborado por diversos seguimentos da escola o projeto, político-pedagógico constrói, na verdade, no dia-a-dia da escola, no dia-a-dia do processo ensino e aprendizagem um elo de

conscientização e vínculo de todos que fazem parte do meio escolar buscando a autonomia, criticidade e participação.

Neste sentido, a questão central não é apenas o acesso e a permanência do aluno na escola, mas, principalmente, a qualidade da educação, procurando articular o currículo, o tempo e o espaço escolar, bem como as finalidades da escola, as relações de trabalho e o processo de avaliação, com o objetivo de desenvolver na sociedade consciências fundamentalistas no processo de mudança, hoje a escola não desempenha apenas a função de ensinar a ler e a escrever, mas de preparar o indivíduo para atuar na sociedade como sujeito transformador da história e não passivo diante das questões que marcam a existência de um povo, cultura, crenças, políticas e sociedade.

Ao elaborar seu projeto, a escola está definindo o que deverá formar para contribuir com a sociedade, hoje, em uma época em que se fala tanto em cidadania, valores democráticos e posturas solidárias. Será que a escola está realmente desenvolvendo o "homem" que a sociedade espera? A democracia deve ser a base das relações de trabalho e da sociedade, princípio válido para qualquer instância de vida humana. Nesse sentido, o tipo de sociedade a ser construída deve passar pela definição de democracia.

A escola deve centrar-se nos objetivos de formar:

- Homens críticos, criativos, participativos, solidários e transformadores da realidade social;
- A educação deve ser necessária para a formação global desse homem;
- A sociedade que tipo de homem ela espera que ajude a construir novos valores e visão do mundo?

A escola deve se preocupar e questionar sempre que tipo de homem ela está formando para ser inserido na sociedade, deve buscar orientação para construir um mundo menos egoísta, mais humano, menos explorador e mais solidário. Só assim, a escola estará educando para que os alunos tenham condição de vislumbrar a possibilidade de ver seus direitos respeitados.

O projeto político-pedagógico da escola em análise traçou justamente com a coletividade os valores que devem ser desenvolvidos na mesma. É inovadora, pois, no momento em que todos passam a trabalhar com transparência e coragem de agir, sempre acreditando em uma educação transformadora da sociedade. Tomando iniciativas que produzam efeitos criativos e conceitos na igualdade de todos. Torná-la participativa, quando todos compartilham e comungam dos planejamentos, reuniões e tomadas de decisões sempre de forma igualitária e comunicativa, tornando-se desta forma responsáveis direto do sucesso à administração e aprendizagem dos alunos.

Incentivar o indivíduo à prática saudável da convivência, procurando trabalhar juntos respeitando todas as opiniões sem omissão, tendo a oportunidade de defender e emitir críticas construtivas sem o receio de ser "discriminador" e sim, ouvidos, para melhor construirmos um ambiente escolar. Assim, a escola poderá, através do projeto político-pedagógico identificar o aluno que tem e o que pretende formar.

O aluno que temos está descortinando um mundo de muitas transformações, onde o principal problema social é o familiar, a escola por imposição está assumindo o papel que lhe compete que é o de "ensinar" e também desempenhando o papel da família. Por essa razão é preciso que escola ensine ao aluno a fazer leitura crítica de sua realidade, para tal, o educador deve ser "portador" de atitudes responsáveis e defensor dos direitos da cidadania.

É através da prática democrática e do exercício da consciência crítica, fundamentada em uma gestão colegiada, que se constrói a formação do sujeito em um espaço político-pedagógico de aprendizagem. Assim, precede a visão de futuro da Escola de E.F.M. Professora Enoe Brandão Sanford, transformar o espaço escola num perfeito equilíbrio de trabalho, onde todos se transformem em unidade, resgatando, além dos valores institucionais da escola pública, o mais importante, os valores humanos que dignificam o indivíduo. Observando o dia-a-dia da Escola de E.F.M. Professora Enoe Brandão Sanford e conhecendo sua realidade, na qualidade de professora, apresento aqui alguns itens que considero importantes:

- Funciona em um prédio próprio, implantada, projetada e construída pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em 1991, iniciando com ensino básico, atualmente oferece o ensino fundamental e médio (tempo de avançar) funcionando os três turnos com 12 salas de aula;

- Absorver uma clientela de 1200 alunos com anexo no Conjunto Novo Maracanaú, oferecendo o ensino fundamental e médio (tempo de avançar I,II) com 600 alunos, motivo da procura muito alta pela modalidade de ensino;

- A evasão e reprovação continuam existindo na escola, por ser um problema social. Mais esforços tem sido notório por parte do núcleo gestor e professores com objetivo de exterminar o problema;

- Hoje, todos os professores possuem licenciatura plena, e, 10 concluindo a especialização (pós-graduação), melhorando a qualidade de ensino aprendizagem da escola;

- A escola apresenta pontos fortes que facilitam o seu desempenho, entre eles: assiduidade e pontualidade tanto dos alunos, quanto dos professores; clima de harmonia entre todos; prestação de contas em dia com a SEDUC e corpo docente e discente demais seguimentos; determinação do núcleo gestor; organização e competência pessoal de secretaria; instalação adequada da escola - espaço físico.

Embora haja todos esses fatores a escola, apresenta pontos que, dificultam o seu desenvolvimento global:

- Pequena participação dos pais na escola;
- Carência de professores;
- Alto índice de evasão e reprovação;
- Deficiência na aprendizagem dos alunos;
- Precário material didático para o desenvolvimento dos temas transversais;
- Falta de compromisso do Conselho Escola e grêmio;

- Falta de assistência aos alunos com deficiência na aprendizagem, falta de credibilidade no ensino da rede pública;
- Problemas financeiros das famílias dos alunos da escola.

Diante dos pontos citados a escola atualmente traçou com o coletivo seus objetivos norteadores do projeto político-pedagógico.

- "Construir para melhor compreensão da realidade, desenvolvendo uma perspectiva de que os conhecimentos adquiridos instrumentalizem culturalmente os alunos para que se percebam como sujeitos ativos nas lutas sociais.";
- Oferecer subsídios que orientem a comunidade educativa a caracterizar a linha filosófica e pedagógica que redefinirá o Projeto Pedagógico da Escola tomando como base a visão dialética do trinômio Homem X Educação X Sociedade.

A escola através dos seus objetivos criará estratégias que possibilite avanços nas dificuldades que são vistas como pontos fracos.

- Reunir-se com os membros do Conselho Escolar para relacionar os principais problemas que deverão ser resolvidos;
- Criar oficinas para professores utilizando material pedagógico da escola para desenvolver uma melhor aprendizagem, visando avanços nas classes de aceleração;
- Reunir-se com os membros da associação de pais para criar junto com a direção pedagógica metas para uma maior participação na escola;

As ações propostas no projeto político-pedagógico da escola em pauta deverão ser executadas pelo coletivo. Ao ser elaborado e analisado o projeto deverá passar ao conhecimento de todos através da leitura em reuniões, para que todos possam ficar sabendo das propostas de trabalho da escola.

O calendário escolar deve ser articulado às todas as atividades desenvolvidas na escola, para que haja continuidade. No entanto, é preciso ir

além da contagem dos dias letivos, pois, a preocupação central deve ser a qualidade do trabalho desenvolvido. O calendário escolar deve ser visto como um instrumento pedagógico a serviço do currículo da escola, por isso, deve ser discutido por todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem. Para que se conceda o bom desenvolvimento, faz-se necessário um acompanhamento e avaliação do projeto, é fundamental que todas as pessoas que participarem da elaboração, em todas suas fases, participem sistematicamente, de sua avaliação. É a avaliação que leva ao crescimento e, ele se concretiza e cresce, a partir do seu desempenho.

CAPÍTULO 2

2. O PROJETO PEDAGÓGICO NA FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCOLA

Creio que podemos assumir um pressuposto radical: a função da educação escolar, tal como formulada no advento da sociedade moderna, burguesa, está explicitada nas propostas de universalização da escola e no objetivo de realizar a preparação dos indivíduos para a vida social, através do desenvolvimento de algumas competências exigidas na sociedade moderna.

Tais competências desdobram-se em três campos fundamentais. O primeiro deles, o da cultura, aqui entendido não no sentido renascentista, como o saber das letras e das artes, mas como a compreensão e absorção, pelo cidadão, daqueles valores que compõem as expectativas das classes da sociedade burguesa, e que compreende tudo aquilo que podemos chamar de "visão de mundo".

No limiar da sociedade moderna, a escola foi criada para inserir o cidadão nessa visão de mundo, nascente e emergente com a sociedade burguesa.

Preparar os indivíduos para a vida cultural não significava, única e exclusivamente, dotá-los de uma série de informações, de uma série de floreamentos a respeito de um saber superficial, mas significativa, sobretudo, inseri-lo na concepção de mundo emergente na sociedade.

Hoje, preparar culturalmente os indivíduos significa possibilitar-lhes a compreensão da visão de mundo presente na sociedade, para que possam agir - aderindo, transformando e participando da mudança dessa sociedade. Sem essa compreensão, torna-se inviável a participação efetiva do indivíduo nessa produção cultural. O segundo, consequência da inserção do indivíduo na "visão de mundo", busca formar o indivíduo para a vida política. Essa outra dimensão deve ser contemplada na preparação do indivíduo para a vida política, que não se esgota na preparação do indivíduo para compromissos com propostas partidárias.

A vida política de que aqui se trata é a vida de cidadania, de pertencimento a Pólis. Significa o desabrochar de sua capacidade plena para participar do processo decisório da direção da sociedade. Esta é, portanto, a dimensão da participação política, que implica deveres de cidadania. É esta a função da educação escolar que estava clara para os primeiros formuladores de uma proposta educacional, na França, quando a Assembléia Francesa aprovou o primeiro plano de instrução pública, conforme já assinalado.

Ao dominar os instrumentos de cultura, enquanto concepção de mundo, o indivíduo assegura a compreensão do momento histórico vivido e se compromete na ação política. Este papel a escola pode e deve realizar. Cumprida essa função, um terceiro campo decorre dela, necessariamente. Referimo-nos à formação do indivíduo para o trabalho. No entanto, a formação profissional não pode ser elevada, na escola, ao plano mais alto da hierarquia dos objetivos educacionais, isolando-a como atividade central e fundamental, pois ela é decorrente do desenvolvimento cultural e político, na medida em que o trabalho é uma atividade organizada à qual o indivíduo tem acesso, dentro das exigências específicas da sociedade industrial. A preparação para o trabalho e para o exercício de uma determinada profissão são tarefas que a escola passa a exercer, enquanto agente

de preparação do indivíduo para a vida social. Ela não pode ser considerada a função principal, fundamental e única da educação.

2.1. Características e tarefa da educação escolar.

Em primeiro lugar, diria que a educação escolar se caracteriza por ser uma atividade sistemática, intencional e organizada - organizada no ponto de vista dos conteúdos e sistemática em relação aos seus métodos de transmissão. A educação escolar não se confunde com a educação popular - a educação escolar repassa aquilo que corresponde à herança cultural, política e profissional da sociedade às pessoas que estão ingressando no universo social.

O saber com que a escola lida é, pois um saber organizado, é um saber das 'elites', dos grupos que possuem e produzem um determinado tipo de saber. O saber sistematizado, como parte da herança cultural, não pode ser adquirido espontaneamente. A transmissão para outras pessoas também se faz de maneira organizada e sistematizada, dado que o produto da atividade educacional se situa na dimensão da produção social e não da natureza.

(Rodrigues 2000 p.62)

Deixada a si mesma, a criança poderá aprender a andar, a comer com suas próprias mãos, a sorrir, a chorar, olhar, mas não aprende a falar, escrever nem adquire conhecimentos científicos ou habilidades técnicas necessárias a uma sociedade moderna, três instituições eram, basicamente, responsáveis pela educação: a comunidade, a família e a igreja.

A comunidade encarregava-se de realizar a transmissão dos valores éticos e permanentes aos novos membros. À igreja atribuía-se a educação moral das crianças, a fim de que elas se comportassem em conformidade com as regras

morais e as crenças sociais, enquanto a família, através da preparação profissional, se encarregava da educação para o trabalho.

Os indivíduos se educavam para o exercício do trabalho no âmbito de sua própria família, reproduzindo-se, nesse círculo, o trabalho do chefe de família, herdando a profissão paterna, no caso dos meninos, ou se preparando para desempenhar o papel reservado às mulheres, no caso das meninas. O advento da sociedade de classes desarticulou a chamada "sociedade comunitária", se considerarmos que a sociedade classista não é uma sociedade de comunidade.

Assistiu-se, também, à desestruturação da própria unidade familiar. O que se chama por família hoje se distingue bastante daquilo que se entendia por família, dois ou três séculos atrás, quando ela se compunha de todas as pessoas ligadas por uma relação de sangue. Nos tempos modernos, família é marido, mulher (ocasionalmente um homem e uma mulher) e filhos, sem haver necessidade de relação de sangue entre esses últimos e o primeiro. Igualmente, o homem deixa de ser a "cabeça do casal", em torno do qual gira toda a vida familiar.

O que há, hoje são pessoas ocupadas com o exercício de atividades fora da relação familiar, o que faz com que desapareça a unidade familiar como unidade educativa e produtiva. Por tudo isso, a sociedade criou escolas que passaram a assumir as responsabilidades educacionais dos novos membros. Assim, do ponto de vista dessas funções, aquilo que era dividido entre igreja, comunidade e família passou a ser transferido para uma outra instituição, socialmente necessária. E, nesse sentido, a responsabilidade social pela manutenção da escola deveria ser, prioritariamente, do poder que congrega as exigências sociais. Daí compreende-se a defesa radical da escola pública como a única capaz de responder a essa ampla necessidade social de forma a mais democrática possível.

Podemos dizer que as escolas hoje realizam o que, na sociedade primitiva, se chamavam ritos de iniciação. O rito de iniciação era aquela pelo qual o adolescente ou adulto deveria passar, como indicativo de sua capacidade para se inserir no contexto das pessoas adultas. O adulto capaz precisava demonstrar, na

iniciação, que detinha o controle de certos papéis. O rito de iniciação se prestava a mostrar que o indivíduo tornara-se adulto e independente e, portanto, um membro efetivo da comunidade.

O rito de iniciação hoje se transferiu para a escola, que prepara o indivíduo para que ele possa adquirir condição social para assumir sua parcela de responsabilidade para com a sociedade. O indivíduo deve passar pela escola e, ao final do curso, mediante das funções que serão exigidas no âmbito da sociedade. Assim, a escola tem por função preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos. Isso torna sua responsabilidade pesada e importante.

(RODRIGUES 2000 P.63).

Assim dimensionada a tarefa da escola, evidencia-se a expectativa que sobre ela recai no contexto da sociedade. Essa expectativa se diferencia pelos interesses que se cruzam na sociedade de classes, vale dizer, no universo social que cerca a escola. São diferentes os interesses educacionais expressos pelos empresários e pelos operários, pelas camadas médias e pelos grupos sociais marginais à sociedade de classes. Todos asseguram sua importância e necessidade, embora, ao explicitar as razões dessa importância, elas distingam pelas diferentes visões de mundo elaboradas pelas diferentes classes sociais.

Não se pode atribuir à escola a tarefa de dirimir os interesses hegemônicos através da criação de escolas para classes diferentes. Isso apenas tenderia a reproduzir, legitimando, as diferenças sociais, sem garantir, em qualquer nível, a superação dessas diferenças, mesmo porque elas não são produzidas no interior da atividade educativa. Aí elas poderão apenas ser catalogadas e cimentadas.

A superação histórica da sociedade de classes deve se dar no combate das lutas sociais que conduzam à destruição do germe alimentador das classes sociais. O que estamos convencidos é de que essa luta não se pode dar no mesmo terreno histórico, sem que as classes populares dominem o manejo de armas semelhantes às conduzidas pelas classes dominantes. Por isso, as armas

preparadas pela educação escolar, como as da cultura, da ciência e da técnica, não podem ser propriedades exclusivas das classes dominantes. Logo, deve-se assegurar às classes subalternas o acesso a esse instrumental de luta social.

Mas isso tem se convertido especialmente entre os intelectuais e os dirigentes, em terreno de conflitos teóricos e práticos. E esse conflito tem trazido prejuízos frequentes às classes subalternas, por não encontrarem na escola que lhes é reservada o suporte que lhes garanta a posse desse instrumento de sedição da dominação. A escola tem se revelado incompetente na formação social e política das classes subalternas.

Devemos, então, voltar à direção da nossa preocupação para o terreno próprio da educação escolar, e perguntar: que condições devem ser preenchidas para que a escola, ainda na sociedade burguesa, possa cumprir o seu papel de força auxiliar no componente da luta social pela transformação da história? Como incorporar as suas diversas instâncias e os papéis desenvolvidos no interior da escola, desde as classes de alfabetização, para que essa função totalizada seja desempenhada? Como organizar a escola e a sua prática pedagógica de modo que, na totalidade das suas ações, ela esteja encaminhando os diversos segmentos sociais para a compreensão do mundo e para a incorporação de uma nova visão de mundo a ser construída?

2.2. Uma questão metodológica: Novo modo de fazer a educação.

Há, no interior da escola, uma relação básica, fundamental, sobre a qual devemos tecer algumas considerações. Trata-se da relação educador/educando, e das relações sociais dela decorrentes, como a primeira a existir no âmbito da atividade educacional. É essa a relação que deve determinar as demais no interior da escola, que vão desde a existência do serviço especializado na escola

(orientação, supervisão) até aos serviços administrativos e de apoio. Queremos dizer que tudo o que a escola faz tem parte daquela relação fundamental.

Essa é uma reorientação para o próprio planejamento educacional, que deve tomar a escola como referência e como ponto de partida, fugindo da concepção de planejamento como sustentáculo do aparelho escolar. Considerar, ainda, fundamental a relação educador/educando é reconhecer que a escola deve ser detentora da direção moral e intelectual do processo educativo.

O destino desse processo é o aluno e, por extensão, a chamada "comunidade social" - logo deve existir uma articulação dinâmica entre a escola e a totalidade das pessoas que convivem e que são atendidas nessa escola. Por conseguinte, a passagem do conteúdo educativo para o sujeito ao qual se destina não pode ser arbitrária, autoritária, nem de maneira desconectada e desorganizada há de se ter direção, condução e proposta.

A passagem dirigida do conteúdo educativo tem no caso, significado definido. O processo educativo tem um objetivo a alcançar e, para isso, exige que os educadores tenham um claro conhecimento da realidade para qual se educa. Se a escola detém a liderança do processo educacional, ela tem de ter clareza sobre a realidade para a qual está educando. Essa exigência parece óbvia, mas na verdade, vem sendo ignorada nas atividades educativas. O professor de Ciências julga que não precisa conhecer a realidade social; o professor de Educação Física atribui esse conhecimento ao professor de História, e assim por diante.

Essa situação é uma decorrência da divisão do próprio trabalho educativo, onde o professor de Matemática ignora a proposta dos conteúdos de Língua Portuguesa que estão sendo ensinados, e os professores acabam por exigir dos meninos o que eles mesmos não sabem e não conhecem. Isso concorre para o estabelecimento de exigências acima daquilo a que o aluno pode responder, porque o educador desconhece, sobretudo, a própria realidade inerente dos alunos.

Como decorrência dessa última situação, temos instituições formadoras de professores preparando-os para trabalhar numa escola que não existe, com os

alunos cuja realidade desconhecem a de alunos mal alimentados, marginalizados da cultura, de escolas sem bibliotecas, mal instaladas, de alunos incapazes de fazer uma pesquisa escolar porque sua família não possui os mínimos elementos materiais aplicáveis a esse trabalho.

2.3. Problemas e esperanças na educação brasileira.

2.3.1. Cresce a Consciência do Direito à Educação

O direito de todos os cidadãos a uma educação básica de qualidade é reconhecido entre os Direitos Fundamentais da pessoa Humana; é afirmado, mais uma vez, na Constituição Brasileira de 1988 e é percebido com consciência, cada vez mais clara por pessoas, grupos e famílias de todas as classes e categorias sociais. Inúmeras entidades e organizações da sociedade civil afirmam, em documentos divulgado na sede da CNBB, em novembro de 1991: "A universalização do sistema educacional é o caminho prioritário para o resgate da cidadania requisito indispensável ao crescimento econômico moderno. Nosso sonho, que acreditamos possível, é que nenhuma criança fique fora da escola".

Estamos longe de alcançar a meta de "uma educação para todos". De fato, a pré-escola e a escola de primeiro grau têm sido incluídas, com uma certa frequência, entre as reivindicações de movimentos populares, organizações de famílias e de mulheres e associações de moradores. Em resposta a essas pressões houve, em quase todo o Brasil, um crescimento quantitativo da rede escolar de ensino fundamental e pré-escolar na última década. Embora esse crescimento não responda ainda a um plano global e coerente de expansão e melhoria do ensino fundamental, não se pode desconhecer o benefício conquistado pela população.

2.3.2. As Deficiências Do Sistema Escolar

No entanto, é preciso reconhecer que ainda permanecem graves deficiências quantitativas e, sobretudo, qualitativas nesse nível da escolarização fundamental. Enumeramos apenas alguns desses problemas.

- Ainda há milhões de crianças e adolescentes que nem chegam a frequentar a escola e os índices de reprovação e repetência continuam muito elevados, atingindo principalmente os mais pobres. "A conjugação desses fatores conduz ao fracasso escolar da maioria dos estudantes, ao mesmo tempo em que revela uma acentuada seletividade do sistema educacional". Assim, de cada mil alunos que cursam a primeira série, apenas 204 conseguem concluir a oitava (25%) e somente 58 o fazem sem repetência (6%). Estatística IBGE 1990.

- A análise desse fracasso escolar revela uma grave inadequação da escola à realidade dos alunos, famílias e grupos sociais aos quais serve. Revela ainda a deficiência de metodologias e padrões de avaliação que acabam, quase sempre, discriminando e estigmatizando os alunos mais pobres ou de minorias culturais. Estatística IBGE 1990.

- A fome crônica impede o desenvolvimento do cérebro infantil e impossibilita o aprendizado e até mesmo a permanência em sala de aula.

- Há muitos outros fatores sócio-econômicos e culturais que também contribuem para o agravamento desses problemas; por exemplo, o processo de empobrecimento das famílias, que exige muitas vezes o ingresso precoce de empobrecimento das famílias, que exige muitas vezes o ingresso precoce da criança no mercado de trabalho, as migrações e mudanças de domicílio, a distancia física da escola e a dificuldade de transporte, principalmente para os alunos de escolas rurais.

- Deve-se acrescentar, ainda a falta de motivação do próprio aluno por uma escola que trata de temas alheios à sua vida e à sua realidade e que não oferece atrativos nem desperta o seu interesse, provocando a

evasão escolar e, principalmente, a busca de maneiras mais fáceis de "vencer na vida" (drogas, jogo ...)

O fato é que a calamitosa situação da escola de primeiro grau, que afeta principalmente as escolas de rede oficial, levou o UNICEF e inúmeras entidades e associações da sociedade civil, entre os quais a CNBB, a desencadear um "pacto pela infância" que assume entre outros, o "compromisso pela melhoria do ensino fundamental, visando a recuperação da credibilidade da escola pública".

2.3.3. Permanece o Analfabetismo

Dados recentes revelam que, em 1989, ainda havia no Brasil um total de 17.587.580 pessoas analfabetas na faixa de 15 anos ou mais. Ao longo das últimas décadas, para um povo imerso em gravíssimas dificuldades econômicas, foram promovidas repetidas campanhas de erradicação do analfabetismo por organismos públicos especificamente criados com essa finalidade, sem o êxito esperado.

Opondo-se a métodos que levavam em consideração a cultura popular e visavam a conscientização do aluno sobre sua realidade, essas campanhas governamentais constituíam traços perpetuadores da situação de submissão e dependência dessa parte da população. Houve por parte da igreja um considerável esforço para a superação desse problema, seja através do Movimento de Educação de Base que, apesar de problemas e percalços ao longo dos anos, ainda continua ativo e dinâmico em numerosas dioceses do Norte e Nordeste, seja através de promoções realizadas em paróquias, comunidades, escolas ou cursos noturnos de alguma forma ligados à igreja.

No entanto, é preciso reconhecer, também que nas paróquias, comunidades eclesiais de base, organizações e movimentos populares de alguma maneira ligados à igreja, ainda se encontram numerosos membros ativos aos

quais não foram oferecidas reais oportunidades e estímulo para que procurassem uma efetiva alfabetização. Quando isso acontece, há verdadeira falha e omissão de nossa parte, como agentes de pastoral e evangelização.

2.3.4. Educação Popular

A educação popular inclui e transcende os aspectos da pura alfabetização. Atua na perspectiva de sistematizar, valorizar e divulgar os conhecimentos constituídos nas relações sociais. A educação popular concebe, assim, as relações sociais como lugar privilegiado dos processos educativos. A família, a igreja, as associações, os sindicatos, os ambientes de trabalho e estudo, e demais espaços de participação política constituem meios para formação do cidadão consciente.

A educação popular tem provocado reações e compreensões diversificadas. Dentre essas, destaca-se para os educandos, uma possibilidade de sistematizar seus anseios, necessidades, e aprender um instrumental técnico-científico para a solução de seus problemas. Para os educadores, um constante interrogar-se sobre sua cosmovisão e sua relação enquanto mestre; para os pensadores, um alerta para o perigo de reduzir o conceito "educação" à instrução acadêmica. Para os políticos, uma constante denúncia da precariedade do sistema oficial de ensino.

Para seus propagadores, uma tensão constante, harmonizar planejamento com participação, autoridade com troca de saberes, e instrução técnico-científica com a formação para o exercício da cidadania. Para as instituições de educação, alguns problemas: absorver essa realidade no sistema oficial e reconhecer a capacidade técnico-prática dos profissionais formados na escola da vida.

2.3.5. Limites e Avanços Da Educação Formal

O processo educativo é marcado pelo pragmatismo sem uma preocupação clara com a formação integral do educando. Seus métodos e conteúdos pouco têm contribuído para o exercício da cidadania, entendida como a participação consciente e ativa de todos no processo solidário de convivência e trabalho que visem ao encaminhamento de soluções para o bem comum.

A organização escolar brasileira deu pouca atenção às necessidades específicas das pessoas da cidade e do campo. Os cursos noturnos e as escolas rurais não dispõem de currículos, conteúdos e calendários apropriados para a sua clientela. Disto resulta a falta de interesse e abandono pela classe trabalhadora, que só dispõe desse horário, e o êxodo rural da juventude em busca de melhores oportunidades. (CNBB 1992, P.11-21).

A educação para o trabalho aparece mais como preparação de mão-de-obra para o mercado, ou com finalidade técnico-lucrativa, sem evidenciar o papel humano do trabalhador e o sentido cultural do trabalho. Em todos os setores da vida social brasileira constata-se, nos últimos anos, forte tendência a uma mais efetiva participação de todos nos processos de decisão e condução do que é interesse coletivo.

Tal anseio faz se sentir também no setor da educação. No campo formal do ensino, o processo foi mais complexo e difícil, dada a natureza dessa instituição e a nossa falta de vivência prática da democracia responsável. Deram-se situações que não colaboram para uma nova consciência e novos modelos. Ao mesmo tempo, houve experiências positivas que apontam para possibilidades e respostas novas na educação brasileira.

As escolas vivem em seu interior os reflexos das crises político-econômico-sociais de nosso país. Não conseguem oferecer uma verdadeira educação, ou por falta de um projeto que as identifique como escola, ou por contradições internas provenientes da visão de educação, de homem e de sociedade, ou por interferência de interesses políticos. As escolas superiores e universidades têm como função básica o ensino, a pesquisa, a extensão, pela qual procuram colocar o saber nelas produzido, no respeito às exigências éticas e de um humanismo integral, a serviço da sociedade.

Uma função importante das mesmas é a formação de profissionais competentes da sociedade presente e/ou alternativa e particularmente de educadores para todos os níveis de ensino. O papel social que têm elas a cumprir, com relação às comunidades em que estão inseridas, tem sido dificultado por uma visão das mesmas como entidades isoladas e por um ensino estanque das várias disciplinas.

Este trabalho buscou dados estatísticos na escola do século XX onde a realidade não está tão longe de ser analisada, mudanças aconteceram, a qualificação do professor atualmente é um fato, a educação de jovens e adultos também está inserida nas propostas onde podemos situar o "tempo de avançar" trazendo adultos que se encontravam longe das salas de aula.

A nova lei de diretrizes e bases impulsionou o desempenho da escola no que se refere a participação social. Entretanto refletindo a função da escola na formação da cidadania, porque tantos alunos continuam praticando a violência? Desconhecem o objetivo pelo qual se encontram na escola e mesmo trabalhando juntos família e escola não conseguem construir uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã.

2.4. Ação colegiada: Articulação entre ação educativa e administração escolar.

Constatamos, nas partes mais anteriores, a existência de um novo quadro de mobilização na sociedade brasileira, suficientemente amplo para impulsionar mudanças substantivas nas relações de poder em todas as áreas de ação política no país. Na medida em que essa mobilização é seguida de um nível de organização, ela dirige com mais força o tecido social, redefinindo o processo de participação da sociedade nos processos de tomada de decisão e no estabelecimento de políticas, diretrizes e ações de interesse das classes populares.

Esta participação configura uma reordenação jurídica da nação, fazendo ameaças por procedimentos mais abertos e democráticos na sociedade global, ao mesmo tempo em que desenha os contornos de uma democratização em vários outros setores da vida social, como a política da habitação, da saúde, do trabalho e da educação. Isto exige dos educadores, dos dirigentes e das lideranças um reconhecimento desta nova realidade social.

Forçoso se torna que a política de educação e da prática educativa, no interior das escolas, compreendam o processo em andamento e criem espaços para que essa tendência aí se manifeste, bem como se tornem, igualmente, instrumentos para sua consolidação e para sua incorporação na prática educativa de formação da convivência democrática do cidadão brasileiro.

É necessário, por isso, que enfrentemos a instauração de processos administrativos e pedagógicos em nossas escolas. Julgamos que para isso se exige uma tríplice iniciativa, que deve corresponder a uma renovação completa do modo de se organizar, articular e executar a atividade educacional.

No âmbito dos processos de administração da educação, aqui compreendo todas as decisões de interesse da vida escolar, é necessário superar os processos centralizados e fundamentados em decisões de natureza técnica e burocrática, e partir para decisões nascidas da articulação dos interesses e das concepções diferenciadas dos diversos segmentos sociais envolvidos com a educação escolar.

Logo, propomos uma nova forma de administrar a educação escolar, através do colegiado, que deverá ser órgão impulsionador da ação colegiada nas escolas. Uma vez organizado o colegiado como instrumento de democratização das decisões, é necessário rever a prática pedagógica da escola, redefinindo o modo de operacionalizar o processo de ensino, a escolha dos conteúdos e os objetivos a serem alcançados.

Para isso, é necessário renovar a prática pedagógica das escolas para que, além de incorporar as experiências dos educandos no processo educativo, possa conduzi-los a níveis mais elevados e elaborados de compreensão da realidade por eles vivida. E, em último lugar, a partir desse objetivo e da nova metodologia do trabalho, fazer um giro sobre o processo pedagógico, retornando ao seu ponto de

partida, o planejamento curricular, como o momento de instauração de renovação da prática pedagógica.

A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem mais um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. O aluno aprende quando se torna sujeito de sua aprendizagem e para que aprenda, precisa participar das decisões que dizem respeito ao meio em que vive a escola, família e comunidade, não há educação nem aprendizagem sem a participação do sujeito, e incentivar e promover a participação é uma ato pedagógico que deve ser respeitado por todo núcleo gestor.

Falar em autonomia e participação não se deve limitar os papéis e discursos declarados sem compromissos firmados numa ação colegiada. A administração da escola deve atuar como elemento facilitador nas ações que promovam a democracia, autonomia e cidadania, estes são hoje categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor, se constituem na base da nossa identidade nacional, longínqua em razão do arraigado individualismo tanto das elites quanto das corporações emergentes, dependentes do Estado paternalista. Nestes pressupostos a escola tem uma função social de desenvolver a ética não sonhada nem ditada, mas vivenciada através de ações experimentadas no dia-a-dia de cada indivíduo.

CONCLUSÃO

Ao elaborar este trabalho monográfico, a intenção clara era permitir um maior conhecimento sobre a importância da escola sua função social na forma de cidadania é traçar seus ideais, fortalecendo suas estratégias num projeto coletivo capaz de diagnosticar as fortalezas e as fraquezas da instituição escolar, pois objetivo deste é subsidiar a elaboração do projeto que forme o sujeito ativo e não como o fim das questões sociais e educacionais.

Questões de reflexão que possam avaliar o papel educativo e formação individuais são propostas de pesquisas e análise com a amostra que servirá de indicador para a elaboração do projeto pedagógico. Não cabe mais na nova visão de escola o autoritarismo e a concentração do poder nas mãos de alguns. A sociedade exige uma democratização e, esta, terá que ser exercitada e executada na escola para interagir na família e na sociedade.

Os direitos fundamentais que integram a cidadania social são exigidos e, nesse contexto, a educação cresce em importância, com ela, a função social da escola. Enfim, nasce a necessidade de uma escola participativa consciente de que toda comunidade escolar deve se unir na busca de autonomia e que ofereça ao educando múltiplas oportunidades. Para tal, a escola deve se unir na busca de autonomia e que ofereça ao educando múltiplas oportunidades. Para tal, a escola deve ser conhecedora das "sequelas" que o ensino tradicional deixou, portanto procurar diferenciar a postura atual, transformando suas relações internas principalmente, suas relações de poder.

Hoje, a necessidade de autonomia para a escola e de democratização do saber é algo incontestável. Cabe a sociedade, aos governantes, a família e a escola, buscar alternativas viáveis a tarefa de educar. Enquanto aos governantes, cabe construir uma escola pública, gratuita e de qualidade, que prepare o educando para o efetivo exercício da cidadania. Conclui-se que, a escola é a ponte para o equilíbrio e sustentação dos valores que dignificam o indivíduo,

capacitando-o para o progresso individual, profissional e para conviver em sociedade.

A educação é condição básica para o desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania, é urgência nacional, o projeto político-pedagógico faz-se necessário abordar a importância do ensino religioso como construção da ética e dos valores sociais do indivíduo. Para que os pontos estratégicos do projeto político-pedagógico sejam atingidos é preciso o compromisso do profissional, que a escola inove, fazendo com que a ação pedagógica atual junto aos anseios da comunidade. Ao concluir este trabalho analisa-se que a escola não atua mais sozinha, depende diretamente das decisões em grupo para beneficiar a todos que nela vivem e dependem para aquisição de conhecimentos e auto-afirmação na sociedade.

A análise do documento da CNBB, mostra a decadência da escola no século XX, onde a missão escolar priorizava a avaliação como ato disciplinador, dominador e que excluía os alunos transferindo os problemas para interagir na sociedade. Os governantes não exerciam com dignidade o direito do povo em ter uma educação de qualidade que os fizessem sujeitos da realidade. A reflexão deste presente trabalho sobre a função social da escola mostra que, a escola precisa de muito mais adeptos comprometidos com as mudanças sociais-políticas e econômicas para que o indivíduo conquiste seus direitos de cidadão.

REFERÊNCIAS

- DOCUMENTO, DA CNBB. **Educação Igreja e Sociedade**, Edições Paulinas 3. ed. 1992. São Paulo.
- FREIRE, PAULO. **Educação e Mudança** 23 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- KONSEN, A., ARMANDO. “ **A educação é um direito**”. (Texto) Fortaleza – Ceará 1996.
- LIBÂNEO, J.C., OLIVEIRA, J.F. e TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**.cap. I: As Transformações técnico-científicas, econômicas e políticas.. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- LUÍS GONZAGA, F., MOTA. **Plano de desenvolvimento da escola**. PDE, 2000, Maracanaú – CE.
- RAÍZES E ASAS, **gestão, compromisso de todos**, CENPEC, s/d.
- RODRIGUES, N. **Por uma nova Escola. O transitório e o permanente na educação**. 9 edição, S.P. Cortez, 1993.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**, S.P. Cortez, 1983.
- SEDUC, **Gestão Democracia**, texto utilizado no encontro Regional dos Conselheiros Escolares. Fortaleza 1995.
- SILVA, T., TADEU. **Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

ANEXOS

Anexo 1: Questionário aos alunos

Anexo 2: Questionário aos pais

Anexo 3: Questionário aos professores

Anexo 4: Questionário aos alunos e professores

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

1. O que você acha do livro didático?
 Ótimo.
 Bom.
 Regular.
2. As atividades de sua escola estão sendo desenvolvidas?
 Com eficiência.
 Razoavelmente.
 Com deficiência.
3. A sua aprendizagem nas matérias ensinadas é:
 Ótimo.
 Bom.
 Regular.
4. O que você acha da merenda escolar?
 Ótima.
 Boa.
 Regular.
5. O seu relacionamento com a direção, funcionários e professores é:
 Ótimo.
 Bom.
 Regular.

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO AOS PAIS

1. A escola de seu filho é:

() Ótima.

() Boa.

() Regular.

2. O seu relacionamento com a escola é:

() Ótima.

() Boa.

() Regular.

3. Você tem acompanhado as tarefas do seu filho?

() Sim.

() Não.

() Às vezes.

4. Você acha que a escola tem atendido as necessidades da comunidade?

() Sim.

() Não.

() Às vezes.

5. Você participa das reuniões da escola?

() Sim.

() Não.

() Às vezes.

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

1. O atual modelo de gestão de sua escola é:
 - () Participativo.
 - () Autoritário
 - () Participativo e Simbólico
 - () Outros. Quais? _____
2. A escola trabalha o conteúdo a partir do:
 - () Programa da Secretária de Educação.
 - () Seqüência do livro texto.
 - () Necessidade do aluno.
 - () Plano de curso.
 - () Outros – Quais? _____
3. Como sua escola vem desenvolvendo sua função social?
 - () Com eficiência. () Razoavelmente. () Com deficiência
4. Na sua opinião, o planejamento que surte maior efeito é:
 - () O elaborado pela administração da escola.
 - () O elaborado por outras instâncias, fora da escola.
 - () O elaborado pelos professores da escola.
 - () O elaborado por todos que fazem a escola.
5. Que motivos levaram você escolher essa profissão?
 - () Vocação. () Falta de opção. () Influência.
 - () Outros. _____

ANEXO 4

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS E PROFESSORES

1. Para que serve a escola?

2. Você sabe quais são as principais funções da escola?

3. O que você entende por cidadania?

4. Como a escola forma o cidadão para exercer seu papel social e político na sociedade?

5. Você costuma participar das atividades propostas pela escola?

6. Na elaboração do Projeto Pedagógico e do PDE você foi convidado a participar? Qual a sua contribuição?
